

Sumário

Prefácio	1
Introdução.....	5
Capítulo 1 – Da Crise Democrática ao Governo Aberto	13
1.1 Crise da Representação Democrática.....	17
1.1.1 A evolução do conceito de representação política.....	22
1.2 Democracia Digital e Participação Política	26
1.2.1 Democracia digital não institucional e institucional.....	32
1.2.2 A <i>crowdlaw</i> como mecanismo de democracia digital institucional.....	35
1.2.3 Ressignificando a participação política	36
1.2.3.1 Críticas e potencialidades da participação social.....	38
1.2.3.1.1 A participação é ineficiente.....	38
1.2.3.1.2 Patologia deliberativa.....	42
1.2.3.1.3 Os cidadãos não possuem conhecimento	45
1.2.3.2 Limites das teorias democráticas participativas	48
1.2.4 O que é participação política digital?.....	55
1.2.4.1 Diferenciando participação de acesso e interação	59
1.3 Governo Aberto: o ensaio da democracia colaborativa	64
1.3.1 Visão, Voz e Ação	65
1.3.2 Parlamento Aberto no Brasil.....	75
Capítulo 2 – Participação Social no Processo Legislativo	79
2.1 Processo legislativo no Brasil.....	80
2.1.1 Procedimento genérico de tramitação de uma lei: as três fases do processo legislativo	82
2.2 Participação social no processo legislativo	89

2.2.1 Fases do processo legislativo e seus respectivos instrumentos de participação.....	95
2.2.1.1 Participação na fase inicial: o efeito de pauta política	96
2.2.1.1.1 Iniciativa Popular de Lei.....	100
2.2.1.1.2 Sugestão Legislativa	110
2.2.1.2 Participação na fase intermediária: Deliberação e expertise.....	111
2.2.1.2.1 Audiências Públicas	112
2.2.1.3 Plebiscitos e Referendos: participação através de consultas à opinião do público	116
2.2.1.3.1 Plebiscito e Referendo: significados e diferenças básicas.....	117
2.2.1.3.2 Regulamentação a nível federal no Brasil.....	122
2.2.2 Os mecanismos de participação tradicionais diante do novo paradigma de Parlamento Aberto.....	129
Capítulo 3 – Rumo à <i>Crowdlaw</i>: Participação Social em Plataformas Digitais.....	133
3.1 <i>Crowdlaw</i> – uma nova abordagem para a participação política digital.....	135
3.1.1 Fase preliminar e inicial do processo legislativo: i) definição da agenda (identificação do problema); ii) busca das alternativas de solução e iii) redação do projeto	142
3.1.2 Fase intermediária e final do processo legislativo	149
3.1.3 Fase posterior à elaboração da lei: implementação e avaliação.....	150
3.2 Plataformas de <i>crowdlaw</i> instituídas no Parlamento brasileiro.....	154
3.2.1 A plataforma e-Cidadania	157
3.2.2 A plataforma e-Democracia	158
3.3 Análise das ferramentas de <i>crowdlaw</i> estabelecidas no Parlamento brasileiro	161
3.3.1 Fase inicial do processo legislativo: Ideia Legislativa.....	162

3.3.1.1 Regulamentação da Ideia Legislativa	166
3.3.1.2 Resultados da utilização das Ideias Legislativas.....	170
3.3.1.3 Andamento dos projetos de lei derivados das Ideias Legislativas.....	187
3.3.1.4 Comparação das Ideias Legislativas com os instrumentos tradicionais: Iniciativa Popular de Lei e Sugestão Legislativa.....	192
3.3.1.4.1 Requisitos para deflagrar a iniciativa.....	196
3.3.1.4.2 Casa iniciadora	198
3.3.1.4.3 Tipos de proposições e critérios temáticos	198
3.3.1.4.4 Redação das propostas.....	199
3.3.1.4.5 Prioridade e mecanismos de influência na tramitação da proposta.....	200
3.3.1.5 Ferramentas similares em outros países.....	201
3.3.2 Fase intermediária do processo legislativo: Evento Interativo	203
3.3.2.1 Resultados do Evento Interativo.....	206
3.3.2.2 Comparação com Audiências Públcas tradicionais	207
3.3.2.3 Ferramentas similares em outros países	208
3.3.3 Consulta Pública	209
3.3.3.1 Regulamentação da Consulta Pública	210
3.3.3.2 Resultados da Consulta Pública	216
3.3.3.3 Comparação da Consulta Pública com os instrumentos tradicionais: Plebiscito e Referendo.....	226
3.3.3.4 Ferramentas similares em outros países	228
3.3.4 Fase final do processo legislativo: Pauta Participativa	229
3.3.4.1 Resultados da Pauta Participativa	232
3.4 <i>Crowdlaw</i> : o que há de novo no conceito?.....	233
3.5 Recomendações para o desenvolvimento de Plataformas de <i>Crowdlaw</i>	239

Conclusão	257
Referências Bibliográficas	261